

# O presidencialismo de coalizão na esfera municipal do Brasil



**Autor: Vitor Lacerda Vasquez**

**Orientadora: Profa. Dra. Rachel Meneguello**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**Palavras-chave: 1. Presidencialismo. 2. Coalizões Partidárias. 3. Eleições Municipais. 4. Poder Local.**

## INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização nos anos 1980, a prática governamental brasileira se caracteriza pelo multipartidarismo, por eleições majoritárias para o executivo e proporcionais para o legislativo e por um sistema partidário delineado por coalizões. Esta conformação ficou conhecida como presidencialismo de coalizão [1]. O arranjo federal, mesmo que de maneira não absoluta, é percebido também na esfera estadual, o que pode ser observado pela semelhança entre os quadros de coalizões presidenciais e para governador. De 1994 a 2010, mesmo quando a disputa estadual não se concentrou entre PT e PSDB, se fez através de seus aliados históricos para presidente ou pelo PMDB, que possui certa autonomia neste nível [2]. Contudo, existe uma lacuna referente à análise do sistema político nos municípios. As eleições nestes locais ocorrem sempre com dois anos de diferença em relação às outras esferas e a construção histórica da

política nas cidades também ocorre de maneira particular. Um primeiro fator neste sentido é que, diferentemente do que ocorreu em outros âmbitos, as eleições majoritárias nas cidades permaneceram durante o regime militar. Além disso o processo de industrialização do país que transformou as relações de poder local, fazendo a transição do poder tradicional para outro com características mais democráticas, ocorreu diferentemente nas diversas regiões do Brasil, com íntima conexão ao tamanho e grau de urbanização do município, o que torna estas alterações mais agudas em alguns lugares do que em outros [3]. Sob esta ótica, além de especificidades em comparação à esfera estadual e federal, existem também características próprias dependendo do tamanho de cada cidade. Neste sentido, objetivo do presente trabalho foi verificar como o presidencialismo de coalizão se estabelece na esfera municipal.

## METODOLOGIA

A análise dos dados foi embasada por uma exposição teórica sobre presidencialismo de coalizão no Brasil, modelo governativo e sistema partidário nacional e estadual. Nos apoiamos também na literatura existente sobre política municipal. A escolha das cidades deu-se a partir da hipótese de que a política municipal é distinta da observada nas outras esferas e, mais profundamente, nas menores prefeituras. Desta forma, englobou todas as capitais, as maiores e as menores cidades em termos populacionais de cada estado. Analisamos as eleições de 2000 até 2012, observando as coligações vencedoras e a porcentagem de vereadores eleitos por elas, além do número total de partidos que compôs a chapa. A principal fonte de dados foi a página do TSE, <http://www.tse.jus.br/>.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cinco fatores destacaram-se ao analisarmos os dados: 1) Limitada capacidade da coalizão vencedora no executivo em prolongar esta conquista ao legislativo nas capitais e nas cidades maiores. A situação é bastante semelhante ao que ocorre nos estados. Nas cidades menores, no entanto, o cenário se inverte e na maioria das vezes se desenha pró governo, 2) além disso, nestes locais não são poucos os exemplos nos quais 100% da câmara de vereadores eleitos está aliada ao chefe do majoritário. 3) E, em situações extremas, verificamos dois municípios em que a facilidade governativa era tanta que configuravam verdadeiros redutos políticos. 4) A polarização entre PT e PSDB e seus aliados na esfera nacional e estadual pode ser vista também nas capitais e nas cidades maiores. No entanto, o mesmo não ocorre nos menores municípios onde constatamos muitos casos de aliança entre legendas historicamente adversárias. 5) A última peculiaridade que observamos apenas nas cidades menores é a existência de eleições para prefeito com candidato único, isto ocorreu em Lajedinho/BA em 2000, em Pindoba/AL, Viçosa/RN e Santiago do Sul/SC em 2004, em Lajedinho/BA, Jardim Olinda/PR, Macuco/RJ, Viçosa/RN e Santiago do Sul/SC em 2008 e em Taquarussu/MS, Serra da Saudade/MG, Jardim Olinda/PR, Viçosa/RN e Borá/SP em 2012.

FATOR 1)

APOIO PARLAMENTAR IGUAL OU SUPERIOR A 50% ÀS COALIZÕES VENCEDORAS				
ANO	PORCENTAGEM NOS ESTADOS	ANO	PORCENTAGEM NAS CAPITAIS	PORCENTAGEM NAS CIDADES MAIORES
1998	48%	2000	46%	42%
2002	26%	2004	15%	38%
2004	30%	2008	46%	46%
2008	55%	2012	27%	50%

Tabela 1: Apoio parlamentar igual ou superior a 50% às coalizões vencedoras – Estados, Capitais, Cidades Maiores e Cidades Menores.

FATOR 2) EM AMARELO; FATOR 3) EM AZUL; FATOR 4) EM VERDE

UF	Cidade	ANO ELEIÇÃO - 2000		ANO ELEIÇÃO - 2004		ANO ELEIÇÃO - 2008	
		Partidos da coalizão vencedora	% partidos da coalizão	Partidos da coalizão vencedora	% partidos da coalizão	Partidos da coalizão vencedora	% partidos da coalizão
AC	Santa Rosa do Purus	PT(3)(PC do B(1))	50,0%	PT(3)(PP-PMDB-PSDB)	62,5%	PT(2)(PC do B(2)-PP(1)-PMN(2))	77,8%
AL	Pindoba	PSB(9)(PT do B)	71,4%	PSB(7)(PMDB-PSDB-PT do B-PL(1))	100,0%	PSB(9)(PR(1)-FSD(1)-PMDB-PDT)	77,8%
AP	Preaçu	PMDB(1)(PSDB-PT-PSB(2))	50,0%	PT do B(3)(PL-PV)	37,5%	PMDB(2)(PSL-PSOU(1)-DEM(PT-PR(1)-PRB-PPS(1))	55,6%
AM	Japurá	PFL(1)(PDT-PAN-PPS-PSC-PRB-PSD-PSB-PRN-PC do B)	25,0%	PFL(2)(PAN-PRB-PMN-PTC-PSB-PV-PRP-PSDB-PC do B-PP-PDT-PTB-PSL-PTN-PPS-PL(2))	66,7%	PC do B(2)(PTB(1)-PSDB-PHS-PRP(1)-PDT(2)-PPS(1)-PT(1))	88,9%
BA	Lajedinho	PFL(5)(PL(3))	100,0%	PFL(7)	87,5%	PR(2)(PTB(1)-DEM(3)-PS(1))	100,0%
CE	Potretama	PSD(2)(PSDB(2))	57,1%	PT(2)(PSB-PV)	28,6%	PRB(2)(PDT-PTB(1)-PPS-DEM(1)-FSD-PSDB(1)-PC do B(1))	66,7%
ES	Divino de São Lourenço	PSDB(2)(PTB(2)-PV)	40,0%	PMN(PTC-PSC(1)-PL-PPS(2)-PFL(1)-PAN)	57,1%	PMDB(2)(PRB-PDT-PRB(1)-PC do B-PTC(1))	44,4%
GO	Anhangüera	PMDB(3)(PTB)	37,5%	PMDB(3)	62,5%	PTB(2)(PR(1)-PP-PSDB(2)-PT-PSC(1))	55,6%
MA	Benedito Leite	PSD(4)(PTB-PT)	50,0%	PMDB(2)(PRB(1)-PP-PT(1)-PTB(1))	62,5%	PRB(2)(DEM(2)-PTC-PV)	44,4%
MT	Araguariá	PFL(4)	57,1%	PTB(3)(PDT(1))	50,0%	PPS(2)(PTB-DEM(PT(1)-PSB(2))	55,6%
MS	Taquarussu	PSDB(3)(PFL(1)-PPS(1))	71,4%	PTB(2)(PL(2)-PPS(1))	62,5%	PR(4)(PDT)	44,4%
MG	Serra da Saudade	PP(2)(PFL(2))	66,7%	PP(1)(PDT(1)-PSDB(2))	100,0%	PDT(2)(PP(3)-PSDB(1)-PV)	66,7%
PA	Bannach	PDT(1)(PTB(1)-PST)	33,3%	PSDB(2)(PFL(1)-PTB-PL-PP-PV(1))	57,1%	PSB(PC do B(1)-PMN-PTB(1)-PV-PPS-PSDB(2)-PPS(1)-PRB)	55,6%
PB	Coixim	PFL(4)(PSDB(1))	62,5%	PFL(3)(PL-PPS(2))	62,5%	DEM(3)(PMDB(3)-PRB-PR)	55,6%
PR	Jardim Olinda	PRP(4)(PDT(1)-PFL(1)-PSB)	75,0%	PMDB(2)(PTB(2))	50,0%	PMDB(3)(PR-PTB(2)-PP(1)-FSD(1)-PDT-DEM-PSB(1))	88,9%
PE	Ingazeira	PMDB(4)(PSD)	50,0%	PMDB(3)(PTB(1)-PL(1))	62,5%	PSB(2)(PR(1)-PT-PSC(1))	44,4%
PI	Miguel Leão	PMDB(4)(PP(1))	62,5%	PMDB(2)(PP(4)-PTB(1))	87,5%	PTB(2)(PMDB(4))	66,7%
RJ	Macuco	PP(3)(PTB(1)-PSDB(1)-PRONA-PT do B)	71,4%	PMDB(1)(PSL-PL(2)-PPS(1)-PSDC-PC do B-PT(1)-PTB)	62,5%	PMDB(PS(1)-PRB(1)-PP(1)-PDT(1)-PT(2)-PTB(1)-PSL-PR(1)-PSB(1)-PV(1)-PC do B-PT do B(2))	54,5%
RN	Viçosa	PP(3)(PMDB(2)-PFL(2))	87,5%	PSB(PP(4)-PTB(1)-PMDB(2)-PFL(2))	100,0%	PTB(2)(PP(3)-PMDB(2)-DEM(2)-PSB)	100,0%
RS	Engenho Velho	PP(3)(PMDB(1))	57,1%	PP(3)(PMDB(1)-PSB)	50,0%	PP(4)(PMDB(2))	66,7%
RO	Pimenteira do Oeste	PSDB(2)	25,0%	PSDB(3)(PTB-PMDB(1)-PPS-PFL(1))	71,4%	PTB(1)(PDT(1)-PSB-PSDB)	22,2%
RR	Uiramutã	PP(PFL-PDT(3)-PT do B-PPS-FST-PSL(3))	85,7%	PT(2)(PMDB(1)-PTN(PL(1)-PAN-PPS-PP(1))	71,4%	PT(1)(PTC(1)-FMD(3)-PT(1)-PSC-PPS-PC do B-PP-PT-PRB)	55,6%
SC	Santiago do Sul	PFL(2)(PP(3)-POT-PMDB(2))	87,5%	PP(2)(PMDB(2)-PFL(2)-PT(1)-PDT(1))	100,0%	PMDB(3)(PSDB-DEM(3)-PT(1)-PPS-PDT)	66,7%
SP	Borá	PMDB(3)	37,5%	PSDB(3)(PMDB(1))	57,1%	PT(2)(PTB(1))	33,3%
SE	General Maynard	PMDB(2)(PT(1))	37,5%	PDT(PT-PMDB(3)-PPS(2)-PSDB)	62,5%	PSB(2)(PMDB(1)-PV-PPS(1)-PT-PSC(2))	66,7%
TO	São Félix do Tocantins	PP(5)(PL)	62,5%	PL(3)(PFL(1)-PSDB-PP-PTB(1))	71,4%	PR(2)(PDT(1)-PT(1)-PTB(1)-PRB-PP(1)-PSDB(1))	77,8%

Tabela 2: Dados eleitorais das cidades menores

## CONCLUSÕES

Temos fortes sintomas de que o presidencialismo de coalizão praticado na união e nos estados até se reflete nas capitais das unidades federativas e nas maiores cidades brasileiras. Entretanto, na medida em que nos distanciamos dos grandes centros, também se distancia a política local, assumindo características próprias, diferentes daquelas que estamos habituados a pensar como dadas. Isto demonstra a importância de aprofundamento sobre o tema para entendermos a capacidade de democracia brasileira em estabelecer uma dinâmica que seja refletida em todas as esferas do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 31, nº 1, 1988.
- [2] MENEGUELLO, Rachel. Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileiro. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones, 2010. Política, fragmentación y lógica de coaliciones, In ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel e TAGINA, María Laura (editores), *América Latina: Política y elecciones Del bicentenario (2009-2010)*, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2011 (no prelo), mimeo.
- [3] KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara; São Paulo, SP: LE/FCL/UNESP: Cultura Acadêmica, 2000.